



Organização Mundial
da Saúde



República
do Gabão



Programa das Nações
Unidas para o Ambiente

Primeira Conferência Inter-Ministerial sobre a Saúde e o Ambiente em África

Segurança Sanitária graças a Ambientes Saudáveis

O RESULTADO ESPERADO DA CONFERÊNCIA

A Declaração de Libreville visa assegurar o empenhamento político necessário para servir de catalizador a uma abordagem integrada à elaboração de políticas e obter as mudanças institucionais e de investimento com vista à redução dos riscos ambientais que ameaçam a saúde. Com base em evidências sobre as relações recíprocas entre a saúde e o ambiente, promover-se-á a tomada de consciência do valor que pode ter o estabelecimento de interrelações entre os Ministérios da Saúde e os Ministérios do Ambiente, resultando em formas de actuação colaborativas no futuro, para apoiar o desenvolvimento sustentável.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS: Desafios e Soluções

Riscos Ambientais Tradicionais e Actuais para a Saúde Humana:

- **Problema:** África onde é um continente onde a os factores de risco ambientais tradicionais para a saúde das pessoas ainda não foram resolvidos. A situação é agravada por outras prioridades, como o paludismo, o VIH/SIDA, a tuberculose e pobreza generalizada. As razões subjacentes a esta situação incluem o fracasso ou a inadequação das políticas, a fraca capacidade institucional, a escassez de recursos e a reduzida consciência da relação ambiente-saúde entre os decisores políticos e na comunidade em geral.
- **Solução:** Propõe-se que os governos reorientem as suas políticas nacionais para fomentar uma maior contribuição em termos de gestão ambiental destinada à saúde pública. Mais concretamente, os governos poderão considerar a criação de quadros nacionais e mecanismos de acção intersectorial, investir nas infraestruturas, actuar com base nas experiências do passado e do presente, revitalizar o conhecimento especializado nos respectivos domínios e incrementar a comunicação e a educação comunitárias com vista à consciencialização para os impactos a nível individual.

Dimensões Económicas e de Desenvolvimento dos Factores de Risco Ambientais para a Saúde Humana:

- **Problema:** Os múltiplos bens e serviços oferecidos pelos ecossistemas de biodiversidade, dos quais depende, em especial, o modo de vida saudável dos mais pobres, não são significativamente tidos em conta nos processos de desenvolvimento orientados para uma economia de mercado. Isto acarretou uma continuada deterioração dos recursos naturais e impactos negativos para a saúde. Acresce que a rápida urbanização e modernização tiveram como resultado riscos ambientais e sanitários que afectam desproporcionalmente os grupos mais pobres e vulneráveis. As considerações de natureza macroeconómica tendem a ganhar mais importância do que as políticas ambientais e sanitárias sustentáveis.
- **Solução:** Os países africanos necessitam monitorizar, prevenir ou atenuar os riscos que podem advir de crises sanitárias e ambientais em larga escala, através do reforço dos seus institutos nacionais para a saúde e o ambiente, para avaliar, entre outros, os impactos dos projectos de desenvolvimento e garantir a integração dos objectivos relacionados com a saúde e o ambiente nas estratégias e planos nacionais de redução da pobreza.

Contribuição dos Serviços dos Ecossistemas para a Saúde e o Bem-estar das pessoas:

- **Problema:** Um dos desafios que se põe à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é o reconhecimento das interligações entre o ambiente e a saúde e bem-estar das pessoas. A utilização insustentável dos ecossistemas em muitas partes de África causará, muito provavelmente, mudanças ecológicas graves e irreversíveis, privando as populações locais da base da sua saúde e bem-estar. Cerca de 60% dos serviços vitais dos ecossistemas mundiais estão já deteriorados ou encontram-se sob grande pressão. Os efeitos desta situação fazem-se já sentir, em especial sobre as populações mais pobres e mais vulneráveis em todo o mundo.
- **Solução:** As soluções requerem empenhamento político, acções concertadas e a partilha de responsabilidade entre os sectores da saúde, do ambiente e a sociedade civil. Os países devem procurar atenuar as causas subjacentes aos danos ambientais, melhorando ao mesmo tempo a saúde das pessoas, o reforço de capacidades e a divulgação de conhecimentos e boas práticas.

Quadros Políticos para Enfrentar os Desafios da Saúde e do Ambiente:

- **Problema:** Embora os decisores políticos em África venham reconhecendo as estreitas interrelações que existem entre a saúde e o ambiente, em muitos países as políticas do sector da saúde foram desenvolvidas em separado das do sector do ambiente. Também não se verifica uma coordenação deliberada ao nível do planeamento ou da prestação de serviços.
- **Solução:** Para responder de forma mais eficaz aos desafios sanitários e ambientais com que o continente se depara, os governos africanos devem integrar de forma sistemática as interrelações entre a saúde e o ambiente nas agendas nacionais de desenvolvimento e reforçar as capacidades humanas de monitorização e avaliação.

Instrumentos e Abordagens para a Tomada de Decisões na Gestão do Ambiente e Saúde Pública:

- **Problema:** As tecnologias de gestão dos riscos ambientais têm sido aperfeiçoadas e estão disponíveis. Na maioria dos países africanos, os principais obstáculos à aplicação generalizada das várias tecnologias giram em torno do acesso a instrumentos adequados e da capacidade de aplicação dos conhecimentos de base factual às ligações entre o ambiente e a saúde. A tradução dos dados factuais em políticas e programas é, por vezes, uma operação complexa, agravada pelo facto de os enquadramentos jurídicos e normativos continuarem a ser, em África, muito limitados e ineficazes.
- **Solução:** Propõe-se que os governos integrem, nos seus processos de desenvolvimento económico, as devidas considerações sobre o impacto na saúde e no ambiente; apoiem uma avaliação integrada da política para as interligações ambiente-saúde, usando metodologias qualitativas e quantitativas; definam as prioridades a partir dessa avaliação; identifiquem as lacunas nos conhecimentos; aperfeiçoem os modelos e directrizes normativas para a saúde e o ambiente; apoiem, a nível local, a investigação aplicada para reforço das capacidades técnicas; e reforcem a cooperação entre os principais intervenientes, para dar resposta aos problemas concretos das políticas.

Ameaças Novas e Emergentes para a Saúde Humana:

- **Problema:** Ao mesmo tempo que o continente africano continua a defrontar-se com os factores de risco ambientais tradicionais para a saúde, actualmente depara-se ainda com desafios novos e emergentes, quando os seus sistemas de saúde se encontram já sobrecarregados. Entre os problemas emergentes referem-se poluentes orgânicos persistentes, resíduos electrónicos, radiações, novos riscos ocupacionais e alterações climáticas.
- **Solução:** Os governos devem considerar a possibilidade de incluir nas suas agendas em matéria de políticas a monitorização de riscos ambientais novos ou emergentes; rever dos planos de preparação para casos de emergência, de modo a garantir que a gestão dos factores de risco ambientais novos e emergentes foi prevista; preparação e realização de campanhas com vista à consciencialização sobre os factores de risco mais importantes; proceder à sensibilização e educação das comunidades.

Quadros Internacionais Legais e Normativos:

- **Problema:** Ao longo das duas últimas décadas, foram formulados quadros legais e normativos para as ligações entre o ambiente e a saúde. Apesar de não ter sido documentada até que ponto estes instrumentos foram integrados na legislação nacional, verifica-se aparentemente uma debilidade dos mecanismos reguladores nacionais e internacionais, bem como da implementação de tais mecanismos, deficiências operacionais e falta de capacidade para gerir crises.
- **Solução:** O Regulamento Sanitário Internacional (2005), na sua versão revista, em vigor em todos os países africanos, proporciona uma abordagem mais coesa à gestão dos riscos sanitários e ambientais. É necessário mais trabalho no sentido de melhorar o grau de consciencialização e de compreensão destes acordos, por parte dos decisores políticos ao nível nacional. Para facilitar, a nível nacional, uma implementação coordenada das convenções e acordos internacionais relacionados com a saúde e o ambiente, os governos poderão criar mecanismos intersectoriais de monitorização, apresentando propostas de políticas para a implementação da convenções e acordos internacionais existentes e futuros, e poderão reforçar capacidades locais para tornar mais conhecidos esses instrumentos.

Avaliação do Impacto sobre a Saúde (HIA)

- **Problema:** A avaliação do impacto sobre a saúde (HIA) constitui um importante instrumento de decisão, através do qual os problemas de saúde podem ser abordados, no sentido ascendente, relativamente ao planeamento e concepção do desenvolvimento. A HIA pode ajudar a definir a amplitude e determinar, avaliar e formular planos de gestão destinados a tratar dos principais problemas da formulação dos projectos de desenvolvimento. Embora a maior parte dos países africanos disponham de um quadro para a avaliação do impacto ambiental, há uma falta de compreensão sobre o que é a HIA e capacidades reduzidas para a aplicar.
- **Solução:** O desenvolvimento da formação de capacidades nacionais para a HIA é principal meio para responder a esses desafios. Recomenda-se que os ministérios da saúde e do ambiente estabeleçam alianças estratégicas em torno das questões relativas à HIA, procedam a uma avaliação das necessidades de formação de capacidades no âmbito da HIA, analisem a actual política e os quadros legais de EIA e se empenhem no pacote de formação de capacidades em HIA, da OMS e seus parceiros.